

# Pobre currículo escolar!

20 DEZ 1986

CORRÍO BRASILENSE

Pela Resolução 06/86, homologada pelo Conselho Federal de Educação, no dia 1º último, as disciplinas Educação Artística, Educação Física e Ensino Religioso saem dos currículos escolares de 1º e 2º graus. Para os profissionais dessas áreas, a resolução, além de prejudicar o mercado de trabalho, vai tornar o ensino mais limitado e menos humanista. "A educação da criança e do adolescente será reduzida a ler, escrever e contar, e as escolas terão alunos do tipo contemplativo-reprodutor, habituados a dar respostas mecânicas aos estímulos da realidade", dizem.



A Resolução põe em risco a dinâmica do processo de criação artística

**P**enduricalhos, elementos ornamentais, disciplinas excedentes que não representam vantagens para a melhoria do ensino. Pelo contrário, são um perigo para o currículo das escolas de primeiro e segundo graus". Estas são as definições de matérias como Educação Física, Educação Artística e Ensino Religioso, segundo o Parecer número 785/86, do Ministério da Educação e que deu origem à Resolução de número 06/86, homologada pelo Conselho Federal de Educação no dia primeiro deste mês, merecendo total repúdio de arte-educadores de todo o Brasil.

Eles protestam pelo fato da Resolução alterar o currículo que começou a vigorar em 71, dispensando totalmente a inclusão das três disciplinas. "Segundo o documento, educação artística, educação física e ensino religioso não são colocadas nem como disciplinas, nem como matérias ou atividades. A aplicação será facultativa para os alunos", diz Lais Aderne, professora do Departamento de Desenho da UnB e arte-educadora que tem participado dos movimentos de protesto à decisão ministerial, antes mesmo da homologação do documento.

Lais conta que a alteração do currículo escolar já estava prevista desde quando o ex-ministro Marco Maciel instituiu o famoso Dia D. E, conforme as explicações contidas no Parecer, foram ouvidos professores, pais de alunos e a própria comunidade estudantil. Entretanto, segundo Lais, "somente os pais tiveram voz e mesmo assim nós, profissionais da área, não temos dados concretos se essas opiniões foram levadas em consideração pelo MEC."

Para ela, trata-se de uma decisão arbitrária, tomada de cima para baixo, "e além disso o Ministério se antecipou à Assembleia Nacional Constituinte, sendo que, na nossa opinião, esta tarefa deveria ficar a cargo dos Constituintes."

A revolta dos professores se torna ainda maior pelo fato do Ministério da Educação perma-

necer em silêncio após várias cartas e documentos de protesto terem sido elaboradas em diversos encontros realizados pelo País. "Desses encontros foram retiradas cartas de repúdio e de um deles foi criada uma Comissão Nacional de Arte-Educadores, na qual eu sou a representante da região Centro-Oeste", conta Lais, acrescentando que, se o Ministério da Educação permaneceu omissivo a esta situação, o mesmo não ocorreu com o Ministério da Cultura. "Este órgão indicou dois nomes para compor a nossa Comissão: Isaura Botelho e Maria Bonumá", diz ela. Além disso, segundo explicou, o MinC elaborou um acordo de intenções encaminhado ao MEC, a fim de que os dois órgãos trabalhassem conjuntamente no que se refere à essa reformulação. No entanto, até agora, o Ministério da Educação não deu nenhuma resposta.

Para os profissionais da área, a Resolução, além de interferir no mercado de trabalho, vai tornar o ensino mais limitado e menos humanista. "A educação da criança e do adolescente será reduzida a ler, escrever e contar", afirma Lais, e as escolas terão alunos do tipo contemplativo-reprodutor, habituados a darem respostas mecânicas aos estímulos da realidade", conforme se manifestou a Direção de Ensino Regular da Fundação Educacional do Distrito Federal.

E não é só. Para a professora Terezinha Rosa Cruz, da Faculdade de Educação da UnB, o parecer é bastante infeliz quando demonstra uma tendência evidente a volta à tradição do ensino ao conteúdo, em detrimento da autonomia de pensamento, reflexão e ação." Diz, ainda, que são imprevisíveis as consequências da Resolução 6/86 sobre a Educação Artística. "Na escola onde houver verdadeiros educadores, creio que a arte terá o lugar que lhe cabe no currículo. Porém isso é bastante questionável, pois o sistema de educação brasileiro é bastante autoritário e centralizador. A verdade é que esperamos o pior."

Mirinha Hermano, também arte-educadora, afirma que o documento ministerial põe em risco a dinâmica dos processos de criação artística, da arte em relação à cultura e ao crescimento integral do educando, "afinal a arte sempre será uma necessidade para o homem como essência de conhecimento e realização da própria vida." E segundo a Associação de Arte-Educadores gaúchos, a decisão implica em empobrecimento e em mediocridade da matéria.

## COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

Lais Aderne lembra que, conforme a Lei 5692/71, referente à reforma do ensino, a educação artística estava incluída na matéria de Comunicação e Expressão, termo usado para designar ainda as disciplinas de língua portuguesa e literatura. "Agora, com a resolução, eles simplesmente eliminaram Comunicação e Expressão, e em seu lugar fica somente português. Com isso, perdemos o nosso espaço no currículo de primeiro e segundo graus e, certamente, a medida afetará também as escolas de terceiro grau," diz ela.

A interferência dos resultados da determinação em Universidades se dará, na medida em que as escolas não despertarão mais nas crianças e nos adolescentes as suas aptidões artísticas. "E, desde já, antes mesmo da Resolução ser colocada em prática, algo que deverá acontecer em março do ano que vem, já estamos sentindo os reflexos negativos da ordem ministerial", afirma Lais.

Ela conta que o Colégio Benet, no Rio, que tem cursos de primeiro e segundo graus e licenciatura em Educação Artística, já encerrou o vestibular para janeiro.

## PROBLEMAS

A situação está preocupando os profissionais que, apesar de admitirem que há falhas no ensino de educação artística no País, consideram que em vez de o governo extirpar a disciplina dos currículos, deveria antes se preocupar em melhorar o curso.

"Nós sabemos que há vários problemas", diz a professora Lais, acrescentando que muitos tiveram origem pela própria lei da reforma do ensino, a 5692/71. "Esta lei", afirma, foi instituída muito rapidamente e, na época não havia professores especializados em educação artística. Muitos foram improvisados a fim de que fosse atendida a exigência da lei. "Com isso", prossegue ela, "as universidades começaram a abrir cursos de licenciatura para a formação de recursos humanos. Mas tudo isso foi muito rápido e, conseqüentemente, deficiente."

Este despreparo, segundo disse, preocupou os arte-educadores que começaram a se organizar em associações a fim de buscar a melhoria do ensino e, em consequência, fazer com que a arte fosse encarada como um elemento indispensável à educação, na medida em que aguçava o pensamento, o sentimento, a sensação e a intuição," lembra Lais.

Além disso, há a falta de material e de espaço físico, principalmente nas satélites, "onde o profissional tem que ser no mínimo, um idealista para trabalhar", conforme disse a professora Lis Marina. Mas, mesmo assim, ela ressalta que os professores conseguem realizar um bom trabalho que não se limita apenas aos alunos, mas também à comunidade.

Por isso, tornar a matéria facultativa representa um desafio para essa conquista da educação brasileira e, segundo os profissionais, se alguma coisa tem que mudar, deve ser para melhorar o ensino.

Agora, apesar da Resolução já estar homologada, eles lutam pela anulação do documento, com a esperança de que a tarefa de alteração curricular fique a cargo da Assembleia Nacional Constituinte já que, conforme os professores, ela é bem mais representativa do que o Conselho Federal de Educação.